

# Algum avanço com o projeto do Centrão

Num país mantido em suspenso há quase um ano e, depois, paralisado pelos atos de terrorismo ideológico perpetrados pela Comissão de Sistematização da Constituição, seria de se esperar o total espinho da maioria até então silenciosa despertada pelo movimento de reação do Centrão contra o golpe da minoria estatizante na Comissão de Sistematização, senão por simples patriotismo e sensibilidade social (já que as consequências sociais da paralisação da economia têm sido devastadoras) ao menos para se redimir por suas omissões anteriores perante os seus eleitores.

Lamentavelmente, no entanto, não foi o que aconteceu. Passado o entusiasmo inicial, o mesmo tipo de irresponsabilidade que custou ao País as consequências do golpe que uma maioria omissa permitiu à minoria estatizante aplicar na Comissão de Sistematização volta a pairar como uma nuvem pesada sobre as esperanças dos brasileiros que querem fazer deste país um lugar onde seja possível trabalhar e prosperar livremente. Até o último minuto, as lideranças mais conscientes do Centrão estiveram ameaçadas de ver todo o seu esforço ir por água abaixo, não conseguindo o mínimo de 280 assinaturas para obter a preferência para cada uma das 11 emendas que propuseram com o intuito de libertar o País da camisa-de-força do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. E isto não porque o lado contrário tivesse reunido forças para derrotar as emendas da maioria, mas porque, mais uma vez, grande parte dos representantes moderados não compareceram ao plenário enquanto outros tentavam negociar o destino da Nação por exigências de interesse restrito, regional ou clientelístico. São fatos que comprovam o quanto ainda estamos longe de podermos contar com uma democracia estável no Brasil, cujo pressuposto básico é a responsabilidade...

A disposição da parte mais consciente do Centrão era, sem dúvida, a de recomeçar do zero o trabalho constituinte, como pede a unanimidade da parcela da população que tem de trabalhar para viver. Mas apesar da abrangência do seu projeto, incluindo 11 emendas que se dispunham a desmontar boa parte dos atentados à idéia da democracia contidos no projeto de Sistematização desde o preâmbulo até as disposições transitórias, passando pelos capítulos relativos à ordem social, econômica e financeira, bem como pelas normas constitucionais que definirão a estrutura da organização administrativa, e as políticas de saúde, educação, previdência, seguridade, assistência social, planejamento urbano, reforma agrária etc., o Centrão (dada a exiguidade dos prazos) pecou por não se esforçar para fugir dos "trilhos" plantados pelos golpistas da Sistematização, limitando-se a percorrer novamente o mesmo rotelão por eles traçado.

Apesar da relativa modestia do que acabou sendo proposto, o que se explica tanto por este "pecado original" quanto, principalmente, pela irresponsabilidade de muitos, as emendas apresentadas — e, finalmente, todas endossadas com mais de 280 assinaturas graças ao esforço de algumas lideranças mais responsáveis — procuram resgatar um mínimo de precisão conceitual e clareza no texto constitucional para impedir que a profusão de normas vagas, ambíguas e indeterminadas que caracterizavam o projeto da Sistematização comprometam a certeza jurídica da futura Constituição. Estas indefinições, introduzidas propositalmente, tinham o propósito não só de iludir a opinião pública com a concessão formal de direitos que jamais poderão ser garantidos, mas de dar aos intérpretes desse texto um enorme poder discricionário para darem o sentido que bem entendessem às regras constitucionais. Como a minoria totalitária que tomou de assalto a Sistematização imaginava poder controlar não só o Legislativo mas também o Executivo e o próprio Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça — que a versão do Centrão elimina — o recurso abusivo a essas vagas normas programáticas — que não são auto-executáveis — tinha uma finalidade óbvia...

tes pelo Centrão com a finalidade de evitar a descaracterização do Estado de Direito, em nossa futura ordem constitucional. Foi a rejeição expressa do Conselho Nacional de Justiça — o que devolve ao Judiciário a autonomia e independência e a soberania que a minoria estatizante da Comissão de Sistematização pretendia retribuir. Outra importante proposta garante o sigilo à fonte jornalística, prevenindo que cada um responderá — nos termos da lei — pelos abusos que cometer, com o que se elimina uma perigosa ameaça à liberdade de imprensa. Com essas medidas, o Centrão procurou resgatar alguns dos princípios fundamentais de todo o Estado de Direito digno desse nome, alvos prioritários da tentativa de solapamento da democracia da minoria totalitária da Comissão de Sistematização.

No âmbito da ordem econômica, embora o Centrão não tenha introduzido emendas que garantam definitivamente as condições de funcionamento de uma economia de mercado, as propostas apresentadas tiveram o mérito de enfatizar os princípios da livre iniciativa e da livre disposição contratual, procurando estimular a compelação empresarial, atribuir à iniciativa privada o direito de "organizar e desenvolver a atividade econômica", reduzir as diferenças de tratamento entre as "empresas nacionais" e as empresas "não-nacionais" (embora ainda garantindo privilégios às primeiras que invalidam boa parte das intenções declaradas quanto a este ponto) e suprimir os direitos de "regulação" e "controle" do Estado — eufemismos utilizados pela minoria estatizante da Comissão de Sistematização para submeter a iniciativa privada à vontade da nomenclatura estatal, e para transformar o empresariado em mero coadjuvante na vida econômica do País.

No âmbito da ordem social, o Centrão procurou mudar o "espírito" do projeto da Sistematização que estimulava a luta de classes e abrir caminho para o pluralismo sindical. Infelizmente, contudo, não enfrentou diretamente as importantes questões relativas aos direitos trabalhistas e manteve as teses da garantia no emprego (que só o investimento e a procura de mão-de-obra, e não leis ou normas constitucionais, podem efetivamente dar), do pagamento de horas extras em dobro (o que só a condição real do mercado de trabalho pode garantir), da duração da jornada de trabalho (idem) e da licença para gestantes, todos assuntos obviamente alheios à alçada constitucional e, em alguns casos, até à alçada de legislação ordinária.

Procurou, não obstante, tirar dessas disposições, amenizando as regras, o nítido caráter antiempresarial que elas tinham na versão da Comissão de Sistematização que, claramente, se servia desses itens para comprometer deliberadamente a liberdade empresarial e a saúde econômica das empresas privadas.

Finalmente, ficaram muitas lacunas importantes no projeto do Centrão, especialmente no que se refere ao capítulo tributário, recheado de perigosas aberrações que fazem do contribuinte um joguete dos donos do poder, ainda mais indefeso do que já é hoje. Além da ampliação dos poderes do Estado, em suas várias instâncias, para criar novos impostos ou aumentar os já existentes, o projeto da Sistematização — que, neste ponto, o Centrão não modifica — inclui verdadeiras condenações do sucesso individual, o único incentivo real da produtividade e do trabalho, como no caso do imposto sobre "grandes fortunas" (figura subjetiva que, a se confirmar a nossa tradição, se transformará numa arma até contra a classe média) e do imposto progressivo sobre heranças que não passa de uma forma disfarçada de condenação ao direito à propriedade.

Outra omissão lamentável do Centrão refere-se ao atual sistema eleitoral proporcional que viola em seu fundamento básico a democracia brasileira, falsificando a representação verdadeira da vontade popular.

Não é um projeto limpidamente democrático ou voltado primordialmente para o controle do Estado pelos cidadãos como seria desejável. Reflete, inevitavelmente, todos os vícios da nossa cultura política e todo o atraso da nossa classe política ainda marcada pela crença na onipotência do Estado. Mas pelo menos procura limpar do texto que quer emendar as imposições mais nitidamente totalitárias (e paralizzantes). Nesse sentido, o projeto do Centrão representa algum avanço (no sentido não ideológico da palavra)...